

visão

3 Julho 1985 — N.º 26 — ANO XXXIV

Cr\$ 8.000



Índios

OS PATAXÓS PEDEM SOCORRO



© PAÍS

ÍNDIOS

Os pataxós pedem socorro

É uma verdadeira guerra: 3 mil homens armados de um lado e cerca de 1.200 índios de outro. Enquanto isso, arrasta-se na Justiça uma ação que vai decidir a posse dos 36 mil hectares em litígio.

O conflito está armado e há quem diga que pode terminar de forma brutal: há cerca de três anos a luta pela posse de terras da Reserva Indígena Paraguaçu—Caramuru, no Sul do Estado da Bahia, está colocando em risco a segurança de índios e das populações dos municípios de Itaju do Colônia, Camacan e Pau Brasil,

na mais rica região cacauzeira do Estado, a 850 km de Salvador. De um lado, cerca de 1.200 índios — homens, mulheres e crianças — das tribos pataxó hãhãhãe, baena, botucudo, camacã, tupiniquim, meniam, quiriri e sapuiá. De outro, mais de quatrocentos fazendeiros, ajudados por grileiros, jagunços e pistoleiros,

que reivindicam na Justiça a posse definitiva de centenas de hectares pertencentes à reserva indígena, criada a 9 de agosto de 1926 pela Lei 1.916, do Governo da Bahia (VISÃO, 4-10-82, página 39).

Expulsos gradativamente de suas terras a partir de 1936, quando os fazendeiros da região forçaram um



Fotos: Vítor/Luc Bittar

acordo entre o então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e o Governo baiano, que permitiu o arrendamento de grandes lotes pertencentes à reserva, os pataxós hãhãhães estão atualmente confinados a uma pequena parte de seu território imemorial, resistindo a toda sorte de intimidações e até a tiroteios.

Não têm sequer água para beber ou irrigar suas pequenas plantações, já que estão privados do acesso ao rio Água Preta. O rio atravessa cinco fa-

Na mais rica região cacauzeira da Bahia, as terras dos pataxós estão sendo cobiçadas por fazendeiros e grileiros desde 1936. O cacique Nelson Saracura lidera a resistência. Mas não conseguiu impedir o cerco às terras. Cerca de 1.200 índios estão sem água potável e não se arriscam a ir até a cidade mais próxima por medo.



zendas e há quase três anos pistoleiros impedem que os índios se aproximem dele. Além disso, falta alimento para as tribos, já que a pequena cultura de subsistência está desaparecendo por falta de irrigação. Para beber, só têm água com alto teor de salitre, proveniente de um poço artesiano. Impedidos também de pescar e caçar nas florestas, já que a presença de homens armados intimida os indígenas, os pataxós começam a se armar com espingardas para enfrentar a investida do grupo adversário.

No dia 2 de novembro do ano passado, o índio pataxó Antônio Júlio da Silva, 55 anos, foi baleado na nuca por um jagunço ao tentar alcançar as margens do rio Água Preta. O velho índio esteve várias semanas em estado de coma; agora está recuperado. Na última semana de novembro, um carro levando dois funcionários da Funai, com chapa branca e emblema do órgão, foi crivado de balas ao tentar penetrar na reserva. Ninguém saiu ferido, como relata o chefe do posto, Vicente Moraes. Mas desde então cerca de trinta soldados do 2º Batalhão de Polícia Militar rondam a entrada da reserva.

“Deus me fez sem medo” — “Não sabemos ainda se os soldados estão aí para nos proteger ou para dar cobertura aos fazendeiros, no caso de um conflito armado”, disse o cacique Nelson Saracura. “A situação no momento é mais calma, mas ainda está muito tensa e perigosa, porque o índio não pode sair da reserva sem que os fazendeiros o persigam e até nas ruas de Camacan e Pau Brasil a gente não se sente em segurança. Sei que eles querem me pegar. Mas Deus me fez sem medo e vamos resistir”, declara o cacique ao repórter de VISÃO Paulo Sérgio Scarpa.

Nelson Saracura lembra ainda que os fazendeiros, não satisfeitos com o cerco que fazem à reserva, estão incentivando as populações de Camacan e Pau Brasil a lutar pela expulsão dos indígenas da região. “O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pau Brasil chegou a realizar assembléias, com alto-falantes voltados para a praça, quando pregaram contra os índios.” A versão de Nelson Saracura não pode ser confirmada, na medida em que os fazendeiros se negaram a dizer alguma coisa. O mesmo aconte-

cendo com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Campanha nacional — Os pataxós hãhãhães estão pedindo socorro. E enquanto aguardam o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidirá a quem cabe a posse dos 36 mil hectares — se aos índios, devido à criação e demarcação da reserva, em 1926, ou aos fazendeiros, que receberam títulos de propriedade nos governos Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães —, 45 entidades, como a Comissão Pró-Índio de São Paulo, União das Nações Indígenas, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia, realizam campanha nacional pela “sobrevivência do povo pataxó”, denunciando que os índios “estão prisioneiros em uma parcela de seu próprio território e na iminência de serem massacrados”.

“Há cerca de 3 mil homens arma-

dos nas vizinhanças das terras indígenas”, afirma o documento oficial da campanha. “O Governo da Bahia recusa-se a receber as lideranças indígenas, a Polícia Federal declara-se incapaz de conter a violência contra os índios.” A Funai, segundo esclarece seu diretor-regional para Minas Gerais, Sul da Bahia e Espírito Santo, Lúcio Flávio Coelho, gastou 16 milhões de cruzeiros para levantar os nomes e cadastrar 783 pessoas envolvidas com a “posse ilegal” das terras indígenas. “A Funai queria convocá-las por edital, para adiantarmos o processo, mas o juiz da Comarca de Pau Brasil exigiu que fizéssemos as licitações nominalmente, inclusive com o nome do cônjuge e dos possíveis herdeiros, o que está atrasando ainda mais o processo.”

Disputa vem de longe — Mas as dificuldades são inúmeras, conta Lúcio Flávio. “Os oficiais de Justiça reclamam que estão sendo ameaçados pelos fazendeiros, até com agressões físicas, daí a extrema morosidade da entrega das licitações.” A Funai está pedindo a anulação dos títulos de

propriedade dados aos fazendeiros, já que as terras pertencem à União. “Fizemos constantes avisos, através de ofícios, aos então governadores Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães, alertando-os para o fato de que estavam distribuindo títulos de terra de área indígena”, revela Lúcio Flávio Coelho.

Mas a disputa pelas terras remonta ao ano de 1937, quando a Lei Estadual 1.471, de 7 de maio daquele ano, reduziu a área da reserva a fim de aumentar a área para plantação de cacau, financiando inclusive a nova demarcação, efetuada pelo capitão Moysés Castelo Branco e pelo engenheiro Alfredo Amorim, representante da Secretaria da Agricultura da Bahia. Conforme a política indigenista do SPI, o órgão estabeleceu contrato de arrendamento para a exploração vegetal e agrícola na reserva. Esses contratos, no entanto, proibiam taxativamente a instalação de benfeitorias permanentes por parte dos arrendatários, o que não foi respeitado. “Inúmeros mecanismos foram usados”, afirma o documento das entidades ind-

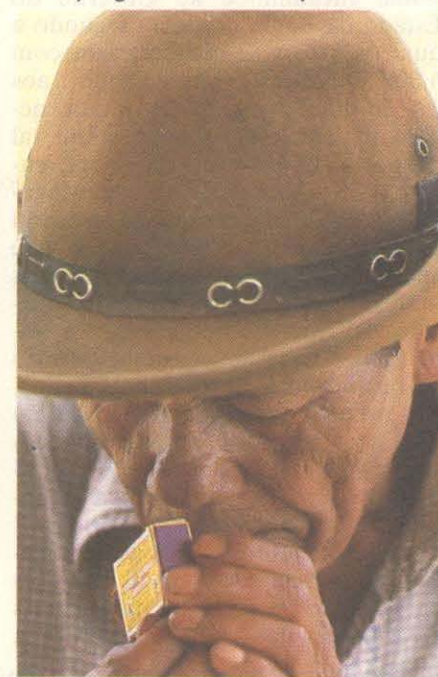


Foto: Lucio Bitar

digenistas. “Da corrupção de funcionários a ameaças aos índios, queimas de ranchos, negociações ilegais, determinando a invasão quase total da área dos postos indígenas pelos fazendeiros. A perda da terra obrigou uma parte dos índios a abandonar a área, indo refugiar-se principalmente no Posto Indígena Pataxó, em Barra Velha, Município de Porto Seguro. Outros, no entanto, permaneceram na região, exercendo atividades em empresas privadas ou públicas ou como assalariados dos fazendeiros invasores, o que fica caracterizado que jamais a reserva foi integralmente abandonada por seus legítimos donos, como querem fazer ver os fazendeiros.” Um dos resistentes é o velho cacique Samado dos Santos, um dos mais respeitados na reserva. “A terra é nossa casa e nosso túmulo”, sentencia.

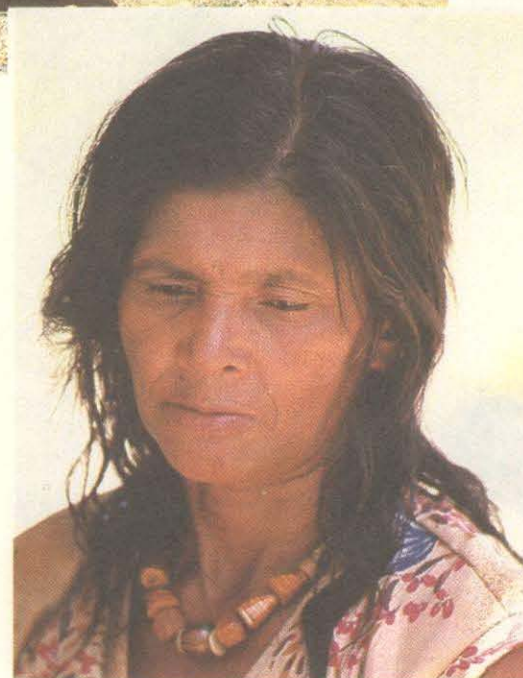
Questão étnica — Um dos argumentos dos fazendeiros diz respeito à inexistência de índios “puros” na reserva, na medida em que, devido à dispersão por diversas áreas da Bahia, acabaram casando-se com brancos, mulatos e negros. Argumento reforçado pelas declarações do deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ), quando esteve na reserva em agosto

A Funai envia pouco alimento para a aldeia e as mulheres quase não têm o que cozinhar. “A terra é nossa casa e nosso túmulo”, prega o velho cacique Samado.



do ano passado, sendo expulso pelos indígenas após declarar que ali “não existia índio autêntico, porque índio não tem pelo no peito”.

“Os argumentos são infundados”, afirma a coordenadora da Delegacia da Funai em Salvador, a antropóloga Maria Hilda Paraíso, que trabalha há nove anos com os pataxós. “O que faz uma população indígena é o sentimento de pertinência a uma comuni-



dade, o que é diferente da sociedade nacional, com experiências de vida, costumes e tradições próprios, e o reconhecimento de outras tribos.” Ela lembra que esse princípio consta do Estatuto do Índio, onde se explica “O critério de auto e de heteroidentificação”. Em 1976, lembra a antropóloga, “fazendeiros e o Governo da Bahia declararam que os pataxós não eram mais índios. Mas quando a Secretaria da Saúde deu início à vacinação contra a meningite, ficou decidido que os brancos seriam vacinados primeiro e, caso sobrassem vacinas, os índios também o seriam. Logo, houve uma identificação por parte do próprio Governo através de uma discriminação”.

“A questão chega a ser dialética”, diz Maria Hilda Paraíso. “Quando o fato de ser índio garante direitos, quem está contra coloca em dúvida a identidade dos indígenas. Mas quando é para discriminar, para retirar direitos, então automaticamente é reconhecida a sua identidade.”

Mas a própria Funai está sendo acusada de omissão no episódio pataxó. A advogada Eunice Paiva, da Comissão Pró-Índio de São Paulo,



Crianças brincam no igarapé, de onde retiram a água usada na aldeia. De um pequeno poço brota água com salitre.

INDIOS/continuação

lembra que em setembro de 1982 a Funai encaminhou ao Governo do Estado da Bahia proposta segundo a qual os índios se contentariam com 6.500 hectares, renunciando aos 29.500 ha restantes. Os índios negam ter sido consultados sobre tal proposta. O Governo da Bahia, então nas mãos de Antônio Magalhães, em plena campanha eleitoral para fazer seu sucessor, rejeita esse acordo e propõe a transferência dos índios. "Cedendo a argumentos eleitorais", diz Eunice Paiva, "a Funai converte-se em agente direto do Governo: tenta convencer os índios, em outubro de 1982, a aceitarem uma transferência, apresentada como provisória, até as eleições de 15 de novembro, para a Fazenda Almada, de 130 ha, a 15 km de Ilhéus." Cerca de duzentos índios acabam cedendo, mas 65 resistem às pressões da Funai e decidem permanecer na área, apesar das ameaças de retirada

da proteção da Polícia Federal e de corte de alimentos. Após as eleições, não se cumprindo a promessa da Funai, os índios retornam à reserva Paraguaçu—Caramuru, denominada Fazenda São Lucas.

Comida e doações — Para o cacique Nailton, os índios devem continuar resistindo à pressão dos fazendeiros e permanecer na reserva, embora com escassez de alimentos e água. "Índio é como criança: prometeu e não deu ele cobra sempre. Todas as promessas de ex-presidentes da Funai não foram cumpridas e os pataxós estão assim: ameaçados, passando fome, sem água, presos em sua própria terra. Há meses que a Funai não manda comida para todos. Quando envia, é tão pouco que dá apenas para alguns dias", comenta o cacique Nelson Saracura. Em janeiro passado, Nailton chegou de surpresa com um carregamento de suprimentos — arroz, feijão, farinha, fósforos, óleo, etc. "Recebemos uma doação no valor de 15 milhões de cruzeiros do

Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e comprei uma parte em alimentos." A aplicação da outra parte do dinheiro, explica Nailton, será discutida com a comunidade, para que decidam sua finalidade. Os índios, prudentemente, não afirmam, mas funcionários da Funai na reserva contam que o restante seria para comprar armas e munições para os índios poderem proteger-se.

"Além da constante ameaça", diz o jornalista Eduardo Almeida, ex-presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia (ANAI), "há a pressão psicológica. Temos de tentar compreender como aquelas pessoas estão vivendo, num clima de alta tensão e medo. Não há organismo que suporte, e, além do mais, os índios estão indefesos, precisam proteger-se."

Para Nelson Saracura, a conquista dos 36 mil hectares da reserva será uma grande vitória para todas as comunidades indígenas no Brasil. "O branco acha que 36 mil hectares é muita coisa. Mas ele vive de sua casa para o trabalho. O índio necessita da floresta, do rio para pescar, do ar, dos passarinhos e da mata para caçar. A riqueza do branco é sua casa, seu carro, seu dinheiro. A maior riqueza do índio é poder caminhar livremente pela floresta. E é isso que nós queremos e temos o direito." □

Baleado na nuca por jagunços, Antônio Júlio recupera-se na aldeia

